

**EDcl no AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.318.253 - RJ
(2018/0162812-2)**

RELATOR : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**
EMBARGANTE : EFRAIM DAVID CASSVAN
EMBARGANTE : ANTONIO DE MELLO MORAES
EMBARGANTE : RICARDO HUMBERTO DE SOUZA WANDERLEY
EMBARGANTE : MARIO DE AZEVEDO CARVALHO
EMBARGANTE : BEATRIZ IRENE BEVILAQUA
EMBARGANTE : CARLOS LOPES MACHADO
EMBARGANTE : VELTAN EDESIO MARTINELLI
ADVOGADO : JEFFERSON RAMOS RIBEIRO - RJ079978
EMBARGADO : FAZENDA NACIONAL

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3 DO STJ. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. CARÁTER INFRINGENTE. IMPOSSIBILIDADE. REJEIÇÃO DOS EMBARGOS.

1. O acórdão recorrido se manifestou de forma clara e fundamentada no sentido de que os agravantes não impugnaram de forma específica o fundamento da decisão agravada relativo à incidência do art. 932, III, do CPC/2015 (ausência de impugnação específica de fundamento da decisão agravada), razão pela qual mais uma vez foi aplicado o teor do art. 932, III, do CPC/2015, a impossibilitar o não conhecimento do agravo interno.

2. Os embargos de declaração constituem instrumento processual com o escopo de eliminar do julgamento obscuridade, contradição ou omissão sobre tema cujo pronunciamento se impunha pelo acórdão ou, ainda, de corrigir evidente erro material, servindo, dessa forma, como instrumento de aperfeiçoamento do julgado. Não havendo omissão, obscuridade ou contradição, impõe-se a sua rejeição.

3. Embargos de declaração rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos esses autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da SEGUNDA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas, o seguinte resultado de julgamento: "A Turma, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." A Sra. Ministra Assusete Magalhães, os Srs. Ministros Francisco Falcão (Presidente) e Herman Benjamin votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Og Fernandes.

Brasília (DF), 28 de março de 2019

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator